



Leopoldo Silva



Leopoldo Silva

## Balanço destaca 33 projetos aprovados em favor da paz

Senado votou, em 2007, propostas para combater a violência e o crime organizado e viabilizou implantação de licença-maternidade de seis meses

No decorrer de 2007, o Senado aprovou 33 projetos na área de segurança pública, além de medidas relacionadas a saúde, trabalho, infra-estrutura, turismo e educação, bem como matérias que aperfeiçoam o traba-

lho legislativo. Um dos grandes destaques do ano foi a votação do projeto que amplia a licença-maternidade para seis meses. A Casa encerrou na segunda-feira suas atividades, que serão retomadas em 6 de fevereiro. **Página 2**

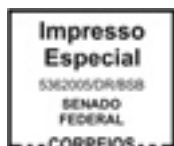
Ao lado de João Ribeiro, Cafeteira (foto ao alto) preside sessão. Acima, Adelmir, Gim e Mozarildo

### Adelmir Santana traça prioridades do crescimento

Os primeiros e mais importantes passos para que o Brasil cresça a taxas satisfatórias são reforma tributária, prioridade para educação e capacitação da mão-de-obra. A opinião é do senador Adelmir Santana, que destacou a contribuição do Sistema S ao desenvolvimento do país. **Página 3**



Lucio Lucas/hbif



Iniciativa do senador Osmar Dias obriga hospitais com mais de 80 leitos a manter comissão para cap-

tação e doação de órgãos. O objetivo é facilitar os transplantes no país, uma vez que, de acordo com o

senador, uma das causas da carência de órgãos é a desorganização dos hospitais. A nova regra atingiria

também aqueles que mantêm unidades de emergência ou de tratamento intensivo. **Página 4**



Ano legislativo é encerrado na segunda-feira, véspera de Natal, primeiro dia útil subsequente a 22 de dezembro, data da última sessão determinada pela Constituição

## Sessões do Senado recomeçam na Quarta-Feira de Cinzas

O Senado encerrou as atividades de 2007 na segunda-feira, véspera do Natal, com uma sessão não-debaterativa presidida pelo senador Eptácio Cafeteira (PTB-MA). Discursaram na última sessão do ano seis senadores.

O período de funcionamento do Poder Legislativo é definido pelo artigo 57 da Constituição. Ele determina que o Congresso

Nacional se reunirá anualmente de 2 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro. Caso o dia 22 caia em fim de semana, a Constituição estabelece que a última sessão deverá ocorrer no primeiro dia útil subsequente. Como o dia 22 foi um sábado, o encerramento ocorreu na segunda-feira.

Da mesma forma, o início da

próxima sessão legislativa, previsto para 2 de fevereiro, um sábado, será adiado. Como na segunda e na terça-feira subsequentes, 4 e 5, ocorrerá o carnaval, os senadores e deputados federais voltarão a trabalhar no dia 6 de fevereiro, Quarta-Feira de Cinzas. Será realizada uma sessão solene do Congresso Nacional, no Plenário da Câmara dos Deputados, às 16h.

### Leis anticrime destacam-se entre projetos aprovados

O Senado aprovou, no decorrer de 2007, 33 projetos importantes para combater a violência e o crime organizado e tornou possível a ampliação do período de licença-maternidade para seis meses, dando especial contribuição para a área social. Os senadores aprovaram também, entre outras medidas, projetos que melhoram as áreas de saúde, trabalho, infra-estrutura, turismo e educação, bem como matérias que aperfeiçoam o sistema político brasileiro.

O ano de 2007, apesar de produtivo do ponto de vista legislativo, também apresentou grandes desafios e dificuldades para o Senado, que enfrentou questões éticas e sofreu pressões diante de denúncias que levaram a julgamento no Plenário, por duas vezes, o então presidente da Casa, Renan Calheiros (PMDB-AL).

Vencida essa questão, com a eleição de Garibaldi Alves Filho

(PMDB-RN) para a Presidência do Senado, os parlamentares encerraram o ano com duas votações cruciais: a prorrogação da Desvinculação de Recursos da União (DRU) para 2011 e o fim da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

#### Pacote antiviolença na Câmara

Dentro do chamado pacote antiviolença, destacam-se algumas medidas que já foram transformadas em lei: uma delas dificulta a progressão penal nos crimes hediondos, que só poderá ocorrer após o cumprimento de no mínimo dois quintos da pena, se o detento for primário, e de três quintos, se for reincidente (Lei 11.464/07).

Outro projeto de iniciativa do Senado que já é lei (11.466/07) é o que considera falta disciplinar grave o uso ou posse de telefone celular pelo preso, diminuindo suas chances de progressão da pena.

Uma terceira lei (11.473/07), originária de uma medida provisória, permite a união de esforços entre os governos federal e estaduais para agirem na área de segurança pública, adotando medidas necessárias à atuação da Força Nacional de Segurança Pública.

Três dezenas de outros projetos aprovados pelo Senado agora aguardam análise da Câmara dos Deputados. Entre eles, o que define como crime a utilização, indução ou auxílio de criança ou adolescente para a prática de crimes; o que institui o rastreamento eletrônico do condenado em liberdade condicional; o que obriga os presos condenados a produzirem seu próprio sustento alimentar; o que impede o governo federal de contingenciar (bloquear) recursos orçamentários destinados à segurança pública; e o que prevê a instalação de bloqueadores de celular em penitenciárias.

## Cristovam torce para que todos os brasileiros alcancem a paz

Na segunda-feira, dia 24, o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) desejou a todos os brasileiros os “sete tipos de paz” que os índios aimarás, que vivem nas proximidades do lago Titicaca, na Bolívia, dizem existir e sem os quais ninguém ficaria verdadeiramente em paz: a paz com o mundo espiritual; com a família; com a terra; com os vizinhos; com o passado; com o futuro e consigo próprio.

Reconhecendo que a véspera de Natal “não é um dia comum”, o senador disse estar discursando em “uma mistura de púlpito e tribuna”.

– Cinco das formas de paz são conquistadas dentro de casa, consigo próprio, rezando. Mas duas delas só são conquistadas lutando: a paz com a terra e com os vizinhos. Alienação política não leva à paz, leva à tragédia da irresponsabilidade – destacou o parlamentar.

Cristovam Buarque afirmou que a paz com os vizinhos pode-se referir, simbolicamente, aos 185 milhões de brasileiros ou mesmo aos 6 bilhões de habitan-



Leopoldo Silva

Para Cristovam, alienação política leva à tragédia da irresponsabilidade

tes do planeta, diante do mundo globalizado.

– Não vamos ter paz se nossos vizinhos não estão em paz. Como vamos ter paz em Brasília se, no Rio de Janeiro, vemos pessoas sendo assassinadas como se vivêssemos numa guerra civil? – questionou.

## Nery propõe homenagear mártires da luta contra o trabalho escravo

No dia 28 de janeiro de 2004, os auditores fiscais do Trabalho João Batista Soares Lages, Eratóstenes de Almeida Gonçalves e Nelson José da Silva, além do motorista Ailton Pereira de Oliveira, foram assassinados a tiros na zona rural do município de Unaí (MG), durante fiscalização de denúncia de trabalho escravo na região.

Em nome destes e de muitos outros brasileiros que se tornaram mártires da luta pela verdadeira abolição da escravidão, o senador

José Nery (PSOL-PA) propôs que o 28 de janeiro seja transformado no Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo.

Ele também sugeriu, ao apresentar o Projeto de Lei do Senado 571/07, que o Legislativo dedique uma semana inteira do ano à discussão do tema, em busca de “soluções e medidas mais efetivas e eficazes para a erradicação definitiva dessa terrível chaga social”. A matéria tramita na Comissão de Educação (CE).

## JORNAL DO SENADO

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Garibaldi Alves Filho

**1º Vice-Presidente:** Tião Viana

**2º Vice-Presidente:** Alvaro Dias

**1º Secretário:** Efraim Moraes

**2º Secretário:** Gerson Camata

**3º Secretário:** César Borges

**4º Secretário:** Magno Malta

**Suplentes de Secretário:** Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia

**Secretária-Geral da Mesa:** Claudia Lyra

### COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Helival Rios

**Diretora de Jornalismo:** Maria da Conceição Lima Alves

**Diretor do Jornal do Senado:** Davi Emerich (61) 3311-3333

**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

**Diagramação:** Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

**Arte:** Cirilo Quartim e Leif Bessa

**Arquivo fotográfico:** Elida Costa (61) 3311-3332

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

### AGÊNCIA SENADO

**Diretora:** Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

**Chefia de reportagem:** Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

**Edição:** Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

**Site:** www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

**Tel.:** 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

**Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920**

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão do dia 24 de dezembro do Senado Federal foi presidida por Eptácio Cafeteira



João Ribeiro: recursos garantem chegada dos trilhos a Palmas

## João Ribeiro destaca avanço da Ferrovia Norte-Sul

João Ribeiro (PR-TO) informou ao Plenário que já está garantido o dinheiro para construir mais um trecho de Ferrovia Norte-Sul, levando os trilhos até Palmas, capital do Tocantins. Trata-se de R\$ 839 milhões da primeira parcela que a Vale do Rio Doce pagou pela exploração, por 30 anos, da ferrovia entre Açailândia (MA) e Palmas. A empresa ganhou na semana passada licitação para explorar o trecho de 720 quilômetros pelo valor total de R\$ 1,47 bilhão.

O senador disse que a garantia do dinheiro foi comunicada ao povo do Tocantins pelo ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento. A Vale já opera o trecho da ferrovia que liga Açailândia e Estreito, no Maranhão. Em Açailândia, a Norte-Sul faz conexão com a estrada de ferro Carajás, da própria Vale, que leva minério de ferro para exportação pelo porto de Itaquí, em São Luís.

### Importância

João Ribeiro afirmou que finalmente as obras da Norte-Sul estão deslançando, pois o presidente Lula concluiu que a ferrovia é de "extrema importância" para o Centro-Oeste e parte da Amazônia. Lembrou ainda que a obra, lançada pelo então presidente da República José Sarney, enfrentou críticas e ficou parada por mais de dez anos.

– O presidente Lula me disse que foi um dos maiores críticos da ferrovia e só mudou de idéia quando esteve na região e percebeu sua importância.

Quando concluída, a Norte-Sul terá 1.980 quilômetros, permitindo a exportação de produtos agropecuários e minerais pelo porto de Itaquí.

"Primeiros e mais importantes passos são a construção pactuada de um novo marco tributário e a priorização da educação e da capacitação da mão-de-obra", afirma senador

# Adelmir diz que empresas ajudam a consolidar a "grande nação"

Primeiro orador da sessão plenária de segunda-feira, no encerramento das atividades legislativas de 2007, o senador Adelmir Santana (DEM-DF) destacou o papel da iniciativa privada no desenvolvimento e na consolidação do país como "grande nação". Ele alertou, no entanto, que, para o Brasil realmente crescer economicamente a taxas satisfatórias, é preciso muito mais.

– E os primeiros e mais importantes passos dessa caminhada são a construção pactuada de novo marco tributário e a priorização da educação e da capacitação da mão-de-obra – disse.

Segundo Adelmir Santana, o setor privado está ciente das responsabilidades e pronto a atender aos "apelos do Estado" para realizar novos investimentos, inclusive na educação e na capacitação de seus trabalhadores e empreendedores.

### Sistema S

O senador destacou a contribuição do Sistema S (Sesc, Senac, Sesi, Senai, Sebrae, Sest, Senat e Senar) para a redução do chamado custo Brasil. De acordo com ele, esse



Adelmir Santana: setor privado está pronto a atender "apelo do Estado"

sistema investe maciçamente em capital humano e até mesmo substitui o Estado em setores vitais como saúde, alimentação, educação, esporte e lazer. "Para que o país cresça e se desenvolva, é fundamental investir no capital humano, na educação e na formação dos jovens e dos trabalhadores. E o Sistema S vem cumprindo essa missão há mais de 60 anos, em todo o Brasil, com muita eficácia."

Adelmir Santana lembrou que as contribuições financeiras para o Sistema S não vêm do Orçamento da União, mas da iniciativa privada.

As empresas contribuem com 1% sobre a folha de pagamento dos empregados para formação de mão-de-obra e 1,5% para assistência social, e estão baseadas em preceitos constitucionais.

– Os recursos recolhidos são canalizados ao Sistema S para que esse atue em lugar do Estado, em atividades importantes que não são de competência direta do governo. Todas as entidades do sistema são fiscalizadas pela CGU

[Controladoria Geral da União] e pelo TCU [Tribunal de Contas da União] e possuem conselhos consultivos e fiscais integrados por representantes indicados pelo Estado, pelas classes empresariais e pelos trabalhadores – ressaltou.

Esse tipo de serviço prestado pelas confederações patronais aos trabalhadores dos seus respectivos segmentos produtivos foi instituído em 1942 por Getúlio Vargas, que autorizou a criação do Senai para atender à necessidade de formação de mão-de-obra para a indústria de base.

## Edison Lobão atesta eficácia do programa Bolsa Família



Edison Lobão aponta "sucesso entre os beneficiários" do projeto

O senador Edison Lobão (PMDB-MA) destacou a importância do Bolsa Família, o programa de transferência de renda do governo federal. Disse que os estudos sobre os impactos do programa não deixam dúvida sobre sua eficácia técnica para a redução da pobreza no país, já que, do ponto de

vista humano, a validade das ações promovidas seria indiscutível.

– O programa é sucesso entre os beneficiários, que, com a pequena verba que recebem, socorrem as exigências do estômago. Mas também satisfaz enormemente aqueles que, fora do programa, almejam ver instalada a justiça social entre os homens – afirmou.

Lobão citou relatório da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) que destaca os programas sociais executados pelo governo brasileiro. Para o senador, o fato é que o Brasil já cumpriu o compromisso assumido pelos países da região, para o período de 1990 a 2015, de reduzir à metade os níveis de indigência que registravam.

## Sibá defende estabilidade com democracia e desenvolvimento



Sibá deseja que Senado volte a ser "Casa da esperança do povo"

declínio na taxa de fecundidade e redução do tamanho das famílias brasileiras.

Sibá afirmou que, pela primeira vez na história republicana, esses três indicadores de desenvolvimento atuam de forma conjunta na economia brasileira, ao contrário do que teria ocorrido em governos anteriores.

O senador observou que, em 2008, as lideranças partidárias precisarão cultivar o entendimento político para favorecer o desempenho de Garibaldi Alves Filho na Presidência do Senado e contribuir para a aprovação de matérias de importância para a sociedade.

– Vamos dar o poder necessário aqui ao nosso presidente Garibaldi para que façamos do Senado Federal novamente a Casa da esperança do povo brasileiro – afirmou.



Mozarildo aponta retaliação contra seu genro em Roraima

## Mozarildo quer apurar liberação de emendas

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) anunciou na segunda-feira que encaminhou à Procuradoria Geral da República pedido de investigação sobre a liberação de emendas parlamentares por parte do governo federal. Ele disse que a representação recebeu 41 assinaturas de parlamentares e que será igualmente encaminhada ao Tribunal de Contas da União. Para o senador, o critério de liberação precisa ser explicitado.

Mozarildo lembrou ter feito a denúncia de chantagem do governo federal, na época da votação da prorrogação da CPMF. Ele afirmou que um assessor do advogado-geral da União, José Antonio Dias Toffoli, telefonou ao seu genro, que é procurador da AGU e está cedido ao governo de Roraima, e o informou que a cessão só seria renovada se o senador votasse a favor da CPMF.

– Os parlamentares do PT gostam de dizer que tudo deve ser tratado de forma republicana. Eu pergunto: isso é republicano? Isso é corrupção. Não tem outro nome – afirmou.

### "Perseguição"

O senador revelou que a Advocacia Geral da União assinou, no último dia 14, o Ato Regimental 8, em que proíbe a cessão de procuradores da AGU a estados que tenham menos de 500 mil habitantes. Mozarildo observou que a medida atinge apenas o seu genro, pois Roraima é o único estado brasileiro cuja população não alcança 500 mil habitantes. Para o senador, a medida deveria privilegiar os estados com menos de 1 milhão de habitantes devido à escassez de técnicos qualificados.



## Ideli sugere estender cotas raciais e sociais às escolas técnicas federais

Projeto de lei da líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), cria cotas raciais nas escolas públicas federais de educação profissional e tecnológica. A matéria está na Comissão de Educação, Cultura e Esportes (CE), aguardando indicação de relator, e será votada em decisão terminativa.

Pela proposta (PLS 546/07), no mínimo 50% das vagas seriam preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados negros e índios no mínimo igual à proporção de negros, pardos e indígenas na população da unidade da Federação em que está instalado o estabelecimento de ensino, segundo

o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No caso de não-preenchimento total das vagas dessa forma, as remanescentes deverão ser complementadas por estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Para a senadora, é preciso promover a inclusão social desse segmento da população historicamente excluído.

O projeto já foi aprovado pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), com parecer favorável do senador Paulo Paim (PT-RS).



Jane Araújo

Ideli Salvatti lembra que negros e índios foram "historicamente excluídos"



Roosevelt Pinheiro

Colombo só isenta do pagamento quem não visar lucro com utilização de obra

## Uso de obra artística pode ser isento de direito autoral

Aguarda recebimento de emendas na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) projeto de lei (PLS 627/07) do senador Raimundo Colombo (DEM-SC) que desobriga o pagamento de direitos autorais de obras artísticas utilizadas sem visar a lucro. As obras que forem utilizadas objetivando o lucro, direto ou indireto, continuam sujeitas ao pagamento de direitos autorais e à prévia autorização do autor ou do titular do direito patrimonial do autor.

## Patrícia Saboya quer assegurar repasse de gorjetas aos garçons

A senadora Patrícia Saboya (PDT-CE) quer regulamentar, com um projeto de lei (PLS 725/07), que tramita na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), o pagamento de gorjetas a garçons em bares e restaurantes. A proposta altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Na avaliação da senadora, a informalidade e a falta de acordos coletivos fazem com que muitas vezes os proprietários não repassem aos garçons o valor devido, equivalente a 10% das despesas do consumidor.

# Hospitais deverão criar comissões para facilitar doação de órgãos

Osmar Dias apresenta projeto que tenta resolver um dos problemas que dificultam os transplantes no país: a falta de estrutura para a captação pelos potenciais doadores

O senador Osmar Dias (PDT-PR) apresentou projeto que obriga hospitais com mais de 80 leitos ou que disponham de unidades de emergência ou de tratamento intensivo a manterem comissões de captação e doação de órgãos.

A proposta (PLS 347/07) altera a Lei 9.434/97, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento.

Composta por profissionais do quadro da instituição, a comissão se encarregará de fazer contato com familiares de potenciais doadores com o objetivo de ob-



Roosevelt Pinheiro

Osmar Dias: falta de organização é uma das causas da carência de órgãos

ter autorização para a doação. Deverá também manter meios de comunicação permanente com as

centrais de notificação, captação e distribuição de órgãos da unidade federada em que se localiza.

Ao justificar sua proposta, Osmar Dias afirma que uma das causas da carência de órgãos para os transplantes é a insuficiente organização dos hospitais nos quais se encontram os doadores potenciais.

– Esses problemas organizacionais são, na opinião dos especialistas e estudiosos da matéria, responsáveis tanto pelas elevadas taxas de recusa à doação como de perda de órgãos – argumenta o senador.

## Proposta incentiva a doação de sangue

Os doadores voluntários de sangue poderão ficar livres do pagamento de taxas de inscrição em concursos públicos, caso a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprove projeto do senador Inácio Arruda (PCdoB-CE).

A proposta altera a Lei 1.075, de 1950, que dispõe sobre a doação voluntária de sangue, e abrange apenas a coleta feita em bancos de sangue

públicos e estatais. A tradicional insuficiência dos estoques nos bancos de sangue decorre, segundo Arruda, do fato de que o brasileiro não desenvolveu a cultura da doação espontânea. Segundo os estudos disponíveis, menos de 1% dos brasileiros são doadores regulares de sangue, índice abaixo do preconizado pelos organismos internacionais.



Roosevelt Pinheiro

Inácio Arruda deseja criar cultura da doação espontânea no país

## Saída para investir mais em saneamento

O Poder Executivo poderá isentar os serviços públicos de saneamento básico da cobrança de PIS/Pasep e da Cofins. É o que sugere projeto (PLS 730/07) do senador Francisco Dornelles (PP-RJ), que pretende capitalizar as empresas estaduais de água e esgoto e, assim, viabilizar novos investimentos no setor.

Segundo o parlamentar, a título de

pagamento de taxas e contribuições, as empresas retiram anualmente 8% de suas receitas brutas, equivalendo a aproximadamente R\$ 1,4 bilhão. Dados do Ministério das Cidades, citados por Dornelles, indicam que seriam necessários investimentos de R\$ 11 bilhões para garantir acesso ao fornecimento de água e esgoto em todos os domicílios.



Célio Azevedo

Francisco Dornelles, autor do projeto: capitalizar as empresas

## Paim propõe falta anual sem desconto para todo celetista

Os trabalhadores com carteira assinada poderão faltar ao serviço um dia por ano, sem desconto no salário, para tratar de assuntos particulares. É o que determina proposta (PLS 23/03) que deverá ser votada na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) a partir de fevereiro.

O projeto é assinado pelo senador Paulo Paim (PT-RS) e recebeu parecer favorável da relatora Patrícia Saboya (PDT-CE), que modificou o texto original para prever que o trabalhador celetista não precisará apresentar qualquer justificativa para essa falta, mas deverá comunicá-la com 24 horas de antecedência.

## Seca na Amazônia preocupa Mário Couto

Uma política de redução dos efeitos da seca na Amazônia, capaz de combater o desequilíbrio ecológico na região, é o objetivo de projeto de lei apresentado pelo senador Mário Couto (PSDB-PA).

Ao classificar de “catastróficas” as consequências de tal fenômeno na Amazônia, o senador explica que a medida poderia assegurar à população a manutenção dos cursos d’água, que para muitas comunidades representam a única via de comunicação com centros comerciais.

“Inviabilizada a navegação, populações inteiras ficam isoladas, privadas não apenas de água potável, mas também de alimentos, remédios e outros itens essenciais para sua sobrevivência”, diz Mário Couto na justificação do projeto (PLS 100/07).

## Camata defende pena maior para mortes do tráfico

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) apresentou projeto para aumentar em um terço a pena de pessoas que contribuírem para a morte de alguém como resultado dos conflitos gerados pela fabricação, comércio, consumo ou posse de drogas.

A proposta (PLS 717/07) será examinada primeiramente na Comissão de Justiça (CCJ).

Pelo caráter lesivo desse tipo de crime ao interesse da sociedade, o senador acredita que tais pessoas têm de receber uma punição adicional. O artigo 33 da

Lei 11.343/06 já prevê penas que vão até 15 anos de cadeia.

Camata pondera que disputas territoriais, cobranças de dívidas, vinganças e confrontos com a polícia levam as pessoas envolvidas com drogas a contribuírem para os homicídios.

– Os traficantes de drogas precisam ser responsabilizados por homicídios decorrentes da prática de tais crimes, pois se sabe que alguns homicidas, para chegarem às suas condutas, sofreram influências dos traficantes – argumenta o senador.